

## PARECER JURÍDICO

**De:** Assessoria Jurídica

**Objeto:** Análise de procedimento de inexigibilidade de licitação a ser realizado em conformidade com a Lei 14.133/21.

Nos termos da Lei 14.133/21, examino os termos e documentos referentes ao presente procedimento de inexigibilidade de Licitação (em decorrência da notória especialidade art. 74, inciso III, da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores.)

A abertura deste processo, assim como a lavratura dos documentos preliminares, obedeceu ao determinado pela sobredita legislação.

Pelo preenchimento dos requisitos legais, aprovo a abertura e os termos do presente, opinando pelo prosseguimento deste procedimento, em seus tramites legais.

Salienta-se que o parecer jurídico é a opinião do signatário, não vinculando a administração pública e/ou seus gestores.

**Salvo melhor juízo, é o entendimento.**

Sananduva RS, 31 de maio de 2024.

**ILTON NUNES DOS SANTOS**  
Advogado - OAB/RS  
Assessor Jurídico